

A juvenilização da educação de [jovens e] adultos: um fenômeno histórico

Jailson Costa da Silva¹

Divanir Maria de Lima Reis²

Marinaide Lima de Queiroz Freitas³

Resumo

Este trabalho, elaborado a seis mãos⁴, foi construído a partir de resultados de pesquisas vivenciadas por três pesquisadores do campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), objetiva apresentar a juvenilização da educação de [jovens e] adultos, enquanto um fenômeno histórico, com ênfase na década de 1940, com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), e o período de 1970 a 1985, com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). A questão mobilizadora da investigação cumpre o papel de buscar os rastros das juventudes na educação dos adultos trabalhadores no Brasil, tendo como base a CEAA e o Mobral. O estudo apoiou-se na retomada da história das juventudes a partir de Levi, G; Schmitt (1996), Abramo (2007). Os achados das nossas pesquisas apontaram forte presença das juventudes na educação de [jovens e] adultos, nos contextos históricos estudados, e que essas juventudes não haviam sido acionadas pelo aparato estatal muito menos pelos organismos civis; as discussões perpassavam pela explicação psicológica do ser adolescente. Naqueles momentos históricos, a juventude não havia despontado como categoria social, sociológica e política, apesar de já ser objeto de estudo, desde o início do século XX.

Palavras-chave: juventudes, história, memória, narrativas

Recepción: 20/03/2021

Evaluación 1: 10/04/2021

Evaluación 2: 12/04/2021

Aceptación: 19/09/2021

Considerações iniciais

O desafio de pensar as juventudes remete-nos à compreensão dessa categoria como construto atravessado pelas diversas formas de ser e de pensar das diversas sociedades nos mais variados contextos. Assim, cada povo, em uma dada época, a partir de suas culturas, atribuiu determinados sentidos, idades, significados, ao que no século XXI chamamos de juventude[s]. Essa constituição histórica, cultural e social tem se dado sob múltiplos olhares, os quais atribuem a esse grupo – os jovens – significados próprios de cada momento enquadrando-os em um perfil previamente traçado a partir dos discursos e dos aparelhos do Estado.

No contexto das discussões sobre as juventudes faz-se necessário a princípio, considerar: i) restringir a construção das juventudes a um único fator seja biológico, psicológico ou mesmo a questão social, visto que “[...] varia de acordo com as diferentes culturas e mesmo no interior de cada cultura, [...] bem como as condições sociais, políticas e culturais existentes”, só assim é possível propormos uma tentativa de compreendê-la em sua totalidade (Catani e Gilioli, 2008, p. 13), e, ii) ter a clareza de que não se pode falar de uma história da[s] juventude[s], mas em histórias que concernem a juventudes e sobre jovens como seres plurais. (Levi; Schmitt, 1996).

Este artigo tem por objetivo apresentar a juvenilização da educação de [jovens e] adultos, enquanto um fenômeno histórico, com ênfase na década de 1940, com a Campanha de

Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e o período de 1970 a 1985, com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

A década de 1940 é o contexto em que efetivamente surgem “[...] as primeiras políticas públicas nacionais destinadas à instrução dos jovens e adultos, implementadas a partir de 1947, quando se estruturou o Serviço de Educação de Adultos (SEA) do Ministério da Educação e [Saúde]” (Di Pierro, et al., 2008, p. 25). A educação de adultos toma assento nos discursos políticos e na agenda do país. O que não acontece por acaso, mas atrelado aos resultados evidenciados no censo dessa época que deixou à mostra o descaso existente, há décadas, com a educação das pessoas jovens e adultas.

Na denominação Educação de **Adolescentes** e Adultos está explicitado o grande número de sujeitos jovens totalmente analfabetos ou funcionalmente analfabetos, categoria produzida pela própria escola em sucessivos processos de ida e volta desses sujeitos aos/dos espaços escolares.

O foco na juvenilização do Mobral é oriundo dos estudos de Ribeiro, et al. (1992), que demonstram que o Mobral, implantado e desenvolvido (1967-1985), quando da ditadura civil-militar instalada no Brasil, a partir do golpe de 1964, que perdurou mais de quarenta anos, na maioria dos municípios brasileiros; já tinha nas suas turmas de alfabetização, por meio do Programa de Alfabetização Funcional (PAF), mais de 60 por cento de jovens. Naquela época o conceito de juventudes estava articulado à etarização, fruto das “adolescências” estudadas pela psicologia.

Com o intuito de apresentar uma reconstrução histórica do processo de juvenilização da educação de [jovens e] adultos, este artigo é composto de três itens: no primeiro, ocupamo-nos em comentar a constituição da[s] juventude[s] como categoria histórica, social e culturalmente produzida. Na sequência apresentamos a gênese histórica das juventudes na Educação de Adultos (EDA), com a juvenilização da primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). No terceiro item, debruçamo-nos sobre a presença das juventudes no Mobral, com ênfase nas memórias dos ex-alunos do Programa de Alfabetização Funcional (PAF/Mobral).

A constituição da[s] juventude[s] como categoria histórica, social e culturalmente produzida

O que definimos como juventude[s] é um constructo que se desenhou entre os séculos XIX e XX, pelas práticas sociais oficiais, estatais, liberais, burguesas e capitalistas, constituindo-se um paradigma fundado na modernidade, sendo fruto das contradições dos projetos modernizadores de criação das faixas etárias preparatórias à mudança que se prenuncia. Nesse movimento, lançamo-nos ao desafio de um mergulho na história das juventudes aportando-nos em dois grandes recortes: a) as juventudes da antiguidade ao período medieval e, b) da modernidade à contemporaneidade, na tentativa de perceber de modo mais aproximado como essas juventudes foram construídas.

É com a imagem de uma juventude transviada, pecadora e sem limites inclusive religiosos, que se chega ao fim da Idade Média. Fato que, por si só, justificava o prolongamento das idades para então, sob o olhar do adulto, moderar suas ambições e impulsos, por meio do controle sobre seus corpos e desejos. Assim, o desenho das juventudes entre a Grécia antiga e a Idade Média retrata o enquadre numa categoria etária, sendo que, a cronologização das fases da vida se dava de forma pouco rígida e sem nenhum aparato científico, implicando estar sob a tutela do

adulto, vivendo uma passagem ritualizada que se estende pelos anos intermediários entre a idade da infância e a do adulto.

Na modernidade a visão das juventudes apresenta poucas preocupações com outros critérios além do moral, prevalecendo os olhares da sociedade medieval e por que não dizer, da sociedade greco-romana, que concebia a juventude como problema. E seu tempo como turbulento e violento, em que os jovens são sempre encarados como infratores, os que infringem as leis cristãs, sociais e morais, os quais movidos pela intolerância ao outro tornam-se sujeitos em suspeição. Desse modo, a indefinição do que seria próprio da demarcação etária da adolescência e da juventude acontece pela intrínseca relação entre os espaços da infância e da idade adulta, visto que são termos comumente usados como significando o mesmo estágio, apesar de distintos.

A partir de teóricos como Corti (2004), Melucci (2007) e Lassance (1998) é possível inferir que, vivendo em uma sociedade produzida à luz dos discursos, a adolescência, representa o ser em crescimento, em evolução que, do ponto de vista de psicologia; consiste em um período da vida em que a identidade é por si só conflituosa e conflitante. Vista como a passagem para um momento superior, a juventude, constituindo-se sinônimo de fragilidade, imaturidade e insegurança, sendo considerada a idade que inaugura a juventude e está diretamente ligada ao desenvolvimento biopsicosocial dos indivíduos nos diferentes “estágios”.

No que diz respeito à gestação do conceito de juventude, como categoria social, no mundo contemporâneo, Aquino (2009, p. 25) afirma a existência de duas abordagens, as quais apresentaram-se como marcas desse processo de mobilização da categoria. A nosso ver, são fundantes e evidenciam quem são os sujeitos que estão acionando essas juventudes, sendo elas: i) a concepção da juventude como “problema social” e, ii) a concepção de juventude como transitoriedade, isto é, a noção de ser jovem tradicionalmente discutida como fase/etapa/período de transição, o período de moratória⁵ para a vida adulta.

É na modernidade que se afirma a ideia contemporânea de juventude como categoria de análise tanto política quanto social, tomando como referência o critério das idades o qual aparece “em todas as sociedades como um dos indicadores da atividade social” (Margulis, 2010), e reportando a constituição das juventudes ao simples veio biológico, toma-se a posição de validação da divisão entre as idades.

A modernidade traz consigo o paradoxo entre a cristalização do conceito de jovem como sujeito etário, mas também social e cultural, isto é, ao tempo em que reconhece as faixas etárias e a institucionalização do curso da vida como formas de explicar períodos como: infância, adolescência, juventude, velhice, valida-se, também, a noção de juventude dinâmica e mutante conforme afirma Corti (2004), dada a visão de que as sociedades modernas estão em constante transformação.

A contemporaneidade traz consigo uma releitura do processo de caricaturização ao qual foi submetida a juventude clássica, à moda da sociedade adulta. As discussões ressurgem esfacelando o modelo arquitetado a priori e percebendo os sujeitos jovens de um lado como homogêneos, na perspectiva das fases da vida (Carrano, 1999) e, por outro lado, como identidades continuamente flutuantes, cambiantes, móveis, não pré-fixadas, mas um construto processual, contínuo e inconcluso (Hall, 2006).

O esfacelamento do arquétipo do sujeito predeterminado a partir das ideias do adulto rui e se consegue ver os jovens heterogêneos, detentores de determinadas características sim, por pertencer a um agrupamento social, mas capazes de exercerem papéis sociais para além

daqueles dados pela história, como por exemplo, de esposa e mãe, para elas, de provedor e militar, para eles.

A concepção de juventude na contemporaneidade é algo que se constrói tentando enxergar os contributos oriundos das várias possibilidades de ver. Não contrapondo de forma antagônica os fatos, mas buscando o ponto de entrecruzamento entre as variadas formas de ver os jovens, perpassando pela quebra das pontes. Pela superação da cronologização das idades, pela passagem da fase transitória e anômala, para a visão de que a juventude é uma parte da existência dos sujeitos e que todos os seres humanos estão propícios às intempéries da vida, às instabilidades e que devem ser vistos como pessoas e não como partes disso.

A juvenilização na primeira Campanha de Alfabetização: a gênese histórica das juventudes na EDA

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), surgida no ano de 1947, no governo do Presidente da República Eurico Gaspar Dutra⁶ (1946 a 1951), atendeu ao chamamento de programas nacionais de educação capitaneada por pressões internacionais – diante do alto índice de analfabetismo evidenciado no censo de 1940 –, e também, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), estando por trás a difusão aos anseios do desenvolvimento econômico, fato que agradou em cheio à elite brasileira. Esse chamamento, na nossa compreensão incluía o adolescente, conforme consta na denominação da referida Campanha e, também, os jovens.

No entanto, o não assumir essas duas categorias – adolescente e jovem –, que eram explicitamente negadas, na metodologia e no processo *ensinoaprendizagem*, fica a dúvida como eram tratados esses sujeitos. Os professores pertenciam ao antigo ensino primário ou eram voluntários; o material didático produzido em grandes quantidades e distribuído pelo Ministério da Educação e Saúde (MES), a exemplo: cartilha de alfabetização denominada “Ler” livro de leitura e “Saber” elaborados segundo o método Laubach e Manual de Aritmética, além de fascículos sobre higiene e saúde, civismo, técnicas agrícolas rudimentares, dentre outros pontos que davam uma abrangência à Campanha, não a limitando ao ler, escrever e contar.

Para Fávero e Freitas (2013, p. 368) na Campanha estava embutido o conceito de educação de base, uma vez que preconizava:

1) desenvolvimento do pensamento e dos meios de relacionamento (ler e escrever, falar e ouvir, calcular); 2) desenvolvimento profissional (agricultura, trabalhos caseiros, edificação, formação técnica e comercial necessária ao progresso econômico); 3) desenvolvimento de habilidades domésticas (preparação de comida, cuidado das crianças e enfermos); 4) desenvolvimento de meios de expressão da própria personalidade em artes e ofícios; 5) desenvolvimento sanitário por meio da higiene pessoal e coletiva; 6) conhecimento e compreensão do ambiente físico e dos processos naturais (elementos científico-práticos [...]). (UNESCO, 1949, p. 11-12; trad. de BEISIEGEL, 1974, p. 81-82; 2004 p. 91-92).

Essa Campanha demarcou, ainda que de forma limitada, no dizer de Fávero e Freitas (2013) a institucionalidade⁷ da EDA, uma vez que teve a União como sua implementadora, contando com 25% dos recursos financeiros destinados ao Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), considerado historicamente o primeiro fundo de financiamento de educação. Segundo os pesquisadores essa iniciativa “[...] coincidiu com o movimento de expansão da escola primária para crianças, inaugurando o apoio do MES aos estados e destes aos municípios no atendimento escolar obrigatório” (p. 368), que até então envolvia somente a faixa etária de 7 a 10 anos.

Segundo o então Ministro da Educação e Saúde Lourenço Filho, no dizer de Paiva (2003, p.187), considerava que:

A campanha significava o combate ao **marginalismo** [e nesse sentido devia] educar os adultos, antes de tudo, para que esse **marginalismo** desapareça, e o país possa ser mais coeso e mais solidário; devemos educá-los para que cada homem ou mulher melhor possa ajustar-se à vida social e às preocupações de bem-estar e progresso social [...].

Essa citação expressa o conceito de analfabeto como ser marginal, atrelado ao fato de que o analfabetismo era uma doença que precisa ser erradicada, conforme a visão do médico Miguel Couto em 1910. O que marcou essa campanha foi o “trabalhar eficientemente” a partir de um aprendizado que tinha que assumir a função supletiva, ao combate do analfabetismo, defendida por Lourenço Filho.

Feitas essas considerações o nosso enfoque neste item foi para expressar que, apesar da presença dos jovens estarem demarcadas na EJA, no final de 1990, quando desencadearam-se muitas pesquisas sobre as juventudes, na CEAA, já havia o envolvimento do adolescente, como seu público e, conseqüentemente, das juventudes. Mesmo que caracterizadas, apenas, de forma etária, ou seja, havia uma predominância do biológico, na compreensão da educação da época, quando a preocupação era com o trabalhador-adulto voltado para o mercado de trabalho, desde o advento da industrialização no Brasil nos anos de 1930, no governo de Getúlio Vargas.

Na nossa pesquisa, que ora apresentamos um recorte, o fator, que fez essa Campanha envolver os adolescentes jovens e adultos foi o próprio limite da lei de ensino da época, que só matriculava pessoas no então ensino primário diurno de 7 aos 10 anos de idade. O que acumulou um índice alto de analfabetismo de crianças, adolescentes e jovens, que expulsoriamente migraram para EDA. Inferimos que isso fez com que Lourenço Filho inseria além dos adultos o adolescente e o jovem na faixa etária de atendimento da CEAA.

É que, segundo Lima (2011) nos desdobramentos da Campanha em foco, estruturaram-se formas diferentes de atendimento a públicos etariamente distintos e evidenciou-se não só a categoria adulto-analfabeto, mas também os sujeitos jovens que de acordo com Paiva (2003, p. 218) havia a recomendação às Comissões Municipais de Educação de Adultos, para que, na instalação das classes nos núcleos da população rural a “[...] preferência [deveria ser dada] aos candidatos que estivessem entre 15 e 25 anos”. Diante do cenário que expusemos, ousamos dizer que a CEAA pode ser considerada a gênese histórica das juventudes na EJA, predominando a etarização e a cronologização das idades como único veio de explicação do ser jovem, sustenta assim a concepção de juventude outrora gestada.

As juventudes no Mobral (1970-1985)

O projeto da Ditadura civil-militar⁸ (1964-1985), que o Brasil vivenciou, promoveu um alargamento do avanço capitalista na constituição do país, pela industrialização. E, por isso mesmo, necessitava de mão de obra qualificada – o que incluía maior escolarização e redução do analfabetismo entre a mão de obra industrial – para que atraísse multinacionais e que dessem conta de “retirar o Brasil do atraso histórico” a que estava submetido. Nessa direção foi idealizado e implantado o Mobral, que nasceu como Fundação amparada pela Lei n. 5.379 de 15 de dezembro de 1967⁹. Era originalmente financiado por recursos provenientes da Loteria Esportiva e da indicação de até 2% do Imposto de Renda devido por pessoas jurídicas.

Pesquisas realizadas no período de 2011 a 2018, no sertão de Alagoas que tiveram como foco as ações de alfabetização desenvolvidas na comunidade sertaneja no período da Ditadura civil-militar (1970-1985), e apoiando-se na História oral (Alberti, 2008, Bosi, 1994),

demonstraram a juvenilização presente nas turmas do Programa de Alfabetização Funcional¹⁰ (PAF), pertencente ao Mobral, dentre os Programas que o Movimento desenvolvia. Os interlocutores das pesquisas realizadas em Santana do Ipanema, lócus dos estudos referidos, eram muito jovens à época, o que nos levou a inferir que o Movimento conseguiu atrair jovens muito jovens, embora o chamamento fosse focado para adultos.

Ao encontro dessa realidade deparamo-nos com os estudos de Ribeiro, et al. (1992), que identificaram que a demanda no PAF/Mobral não era majoritariamente de adultos que não tiveram acesso à escola ou passaram muitos anos dela afastados. Isso por que:

[Houve] pelo menos um indicador constante que [mereceu] séria consideração: a população que recorria a esse programa de alfabetização de adultos era bastante jovem. Aproximando os diversos estudos, constata-se que algo em torno de 60% dos estudantes do Mobral tinham menos de 20 anos e que mais da metade deles já havia frequentado escola anteriormente. (Ribeiro, et al., 1992, p. 9).

No processo de incursão no campo das investigações mencionadas tivemos a oportunidade de entrevistar¹¹ cinco ex-alunos¹² e duas mulheres e três homens. Sendo que todos, ao ingressarem no PAF/Mobral residiam na zona rural e eram jovens. O que abre espaço sobre a questão das juventudes, no Mobral, em coerência com os dados apresentados pelos autores que foram ratificados nas narrativas de um ex-aluno do PAF/Mobral, o qual nominamos ficticiamente de Marcelo, contou-nos que se alfabetizou pelo Mobral na comunidade onde morava à época.

A turma era de adultos, mas tinha os mais jovens, era uma turma de excluídos, naquela época não se usava esse termo, mas era como se diz hoje, uma turma de excluídos, e eu era um dos mais jovens e tal [...]. Apesar de assim ser muito traquejo [...]. Também eu era um dos mais jovens da época [...] Era uma sala multisseriada né? Adultos, jovens [...]. Mas todo mundo assim analfabeto, né? (Marcelo, 54 anos).

O entrevistado afirmou, ainda, que iniciou o processo de alfabetização aos 16 anos na comunidade rural onde morava no ano de 1973. O depoimento do interlocutor trouxe à baila experiências vividas e agora narradas, compondo histórias sobre a atuação do Mobral, no sertão de Alagoas. Nesse sentido, os estudos de Bosi (1994, p. 85) esclarecem o valor das narrativas ao dizer: “a arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que escutam”.

Outro interlocutor contou-nos que teve uma experiência muito marcante com o Mobral, primeiramente em uma comunidade rural próxima à cidade de Santana do Ipanema no final dos anos 1970, quando frequentou, como ouvinte, as aulas do Programa de Alfabetização Funcional.

As narrativas desse interlocutor são fortemente marcadas pela alusão aos seus conterrâneos: vizinhos, amigos e suas irmãs mais velhas que frequentavam as aulas de alfabetização de Mobral. São narrativas impregnadas pela experiência, que nos ajudam a “[...] entender como pessoas e grupos experimentaram o passado [o que] torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas” Alberti (2008, p. 165), vejamos:

[...]. Minhas três irmãs mais velhas elas estudaram o Mobral, lá mesmo no sítio. A escola ficava de dois a três quilômetros de nossa casa, então todas as noites a gente se arrumava e ia. Inclusive era uma aventura, a gente criança; e a gente ia no inverno chovendo, o pessoal levava uma lona, toalha de mesa para se cobrir, e a gente ia embaixo, era uma aventura! Como na época eu tinha uns doze anos eu achava esquisito e interessante ver aquelas pessoas, com idades até de ser meu pai ou minha mãe, tentando lá aprender a fazer o nome. (Roberto – 56 ANOS).

Na busca de juvenilização do PAF/Mobral, a fotografia foi também uma fonte, o que, para Guran (2011, p. 80) “[...] é, por natureza, eminentemente descritiva” e na figura que se segue revela a presença de dois jovens alunos ocupando uma das tradicionais carteiras conjugadas em uma turma de alfabetização, e demonstra que nos municípios alagoanos o atendimento dos alunos, pelo “ensino regular”, estava longe de ser universalizado.



Figura 1 – Acompanhamento às salas de aula do Mobral – agosto de 1979.

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Rosa dos Santos Cavalcante – Ex-supervisora estadual do Mobral.

Essa imagem tinha como objetivo registrar a visita da Comissão Estadual de Alagoas, em destaque, num plano frontal e revela os alunos em segundo plano, justamente dois jovens. É um rico documento histórico que possibilita a reconstrução do passado, “[...] um agora diante do qual o pesquisador é levado a reconstruir o que levou aquelas personagens a estarem ali, assim, daquele jeito, naquele momento” (Leite, 1993, p. 37).

É conveniente destacar que, entre seus vários Programas¹³ o Mobral criou o Programa Infante-Juvenil conhecido como Programa 9 - 14 anos fora da escola. O Programa destinou-se às crianças e adolescentes que frequentavam os programas do Mobral, sobretudo as aulas de alfabetização do PAF. Muitos deles na companhia de seus pais. Fávero e Motta (2015) esclarecem que, no final de 1970 e início de 1980, esse fato culminou com a relevância da matrícula desses alunos, uma vez que o esvaziamento das turmas de alfabetização seria suprido pela presença desse novo público, que sempre se fez presente, mas não era matriculado.

Em 1984 foram elaboradas as diretrizes específicas para atender adolescentes na faixa etária de 9 a 14 anos fora da escola. Esse processo de implementação articulava-se com a Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura (SEPS/MEC), em articulação com o Mobral. O objetivo era chegar aos estados, por meio das Secretarias Estaduais de Educação, e proporcionar o atendimento da população de 9 a 14 anos que se encontrava fora da escola.

O texto das referidas diretrizes¹⁴ justifica essa ação como uma resposta ao direito à educação das crianças e adolescentes, direito esse que já aparecia nas propostas de universalização da educação básica, nos planos governamentais. As diretrizes ainda apontam que se verificou, à época, a seguinte problemática: “[...] na faixa de idade da obrigatoriedade escolar – 7 a 14 anos –, os mais velhos são aqueles que menos oportunidade têm, se não dominam os conteúdos de escolarização previstos na relação idade-série do ensino de 1º grau” (Brasil, 1984, p. 5). Nota-se a fragilidade da educação básica naquele contexto, e o descaso com a educação de

crianças e adolescentes das classes populares, reconhecidos nas diretrizes como *clientela potencial do Mobral*¹⁵.

Considerações finais

As “conclusões” dos nossos escritos caminham levando em consideração que o fenômeno de juvenilização da EDA e da EJA que por longo tempo vem se consolidando na história da educação dos trabalhadores em nosso país. No entanto, tal fenômeno tem sido desconsiderado e a presença das juventudes inexistente, sobretudo, enquanto categoria em construção.

Se no nascedouro da CEEA primava-se pela educação dos adultos, foco da campanha, e mesmo assim esses eram erroneamente tratados como crianças que retomam o processo de desenvolvimento. Pensemos então, como eram tratados os adolescentes (jovens)? Se nem suas existências eram consideradas, haveria então lugar (metodologicamente falando) para os jovens na EDA?

A presença das juventudes é marcante nas salas do Mobral apesar da perpetuação da negação. Talvez o obscurecimento dessa realidade seja apenas um equívoco conceitual, ou uma não delimitação do que venha a ser adolescência e juventude naquele momento, ou quem sabe ainda como aconteceu na CEEA de 1947, por conveniência da própria iniciativa do Ministério da Educação e Saúde à época.

É importante ressaltar que o processo de juvenilização da EJA não ficou no passado, mas vem se corporificando com a legitimação dessa presença, seja pelo aparato legal, posto na LDB 9.394/96, seja pelas pesquisas/os estudos que dão vez e voz aos sujeitos jovens/às juventudes. Nesses espaços, o público não é majoritariamente como se pensava adulto maduro, que não teve acesso à escola na infância ou que passou muitos anos dela afastado. Comprovadamente, a maioria substancial centrou-se em adolescentes e jovens, chamados de repetentes do sistema [dito] regular e buscaram uma nova chance para seus estudos (Ribeiro, et al., 1992).

É de salientar que mais da metade dos sujeitos presentes nas salas do Mobral eram jovens-adolescentes e jovens-jovens. Mais uma vez, as juventudes têm suas existências e histórias negadas, muitos deles oriundos de sucessivas entradas e saídas da escola, na idade dita ideal. Adolescentes e jovens que fracassaram no ensino regular e davam ao sistema uma segunda chance. Tal fato exige a reformulação das políticas públicas destinadas à modalidade e o repensar dos aspectos pedagógicos dos cursos de Educação de Jovens e Adultos.

Referências

- Alberti, V. (2008) Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto.
- Bosi, E. (1994) *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Brasil (1984) Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Proposta de diretrizes de ação integrada MEC-SEPS/Mobral junto à SEC para atendimento da população de 9 a 14 anos fora da escola*. MEC, SEPS, COEPE, Mobral.
- Carrano, P. C. (s/f) *Juventudes: as identidades são múltiplas*. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=1086>. Acesso em: 5 jan. 2009.

- Catani, A. M; Gilioli, R. S. P. (2008) *Culturas juvenis: múltiplos olhares*. São Paulo: Editora UNESP.
- Hall, S. (1993) *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio e Janeiro: DP&A.
- Leite, M. M. *Retratos de família*. São Paulo: Edusp.
- Levi, G; Schmitt, J. C. (1996) *História dos jovens 1: da antiguidade à era moderna*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Margulis, M.; URRESTI, M. (s/f) *La juventud es más que una palabra*. Disponível em: <http://perio.unlp.edu.ar/teorias/index_archivos/margulis_la_juventud.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2010.
- Melucci, A. (2007) Juventude, tempo e movimentos sociais. In: FÁVERO, O. et all. (Orgs.). *Juventude e contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED.
- Paiva, V. (2003) *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Ribeiro, V. M. M. [et al] (1992). *Metodologia da alfabetização: pesquisas em educação de jovens e adultos*. Campinas: CEDI.

Notas

¹ Instituto Federal de Alagoas – Ifal, jailsonsandes2009@gmail.com

² Instituto Federal de Alagoas – Ifal, Universidade Estadual de Alagoas – Uneal, divanir@uneal.edu.br

³ Universidade Federal de Alagoas– Ufal, naide12@hotmail.com

⁴ A escrita, deste texto, metodologicamente, surgiu a partir de diálogos entre três estudiosos, vinculados ao mesmo grupo de pesquisa denominado Multieja, sobre a temática das juventudes na EJA, ponto comum entre as suas investigações.

⁵ A moratória diz respeito ao período de preparação e espera para a entrada na vida produtiva, ou seja, é o estágio, o interstício, (a transição) que os jovens vivem onde preparam-se para a entrada no mundo adulto estando assim preparados para assumir as responsabilidades próprias desse mundo.

⁶ Presidente do Brasil governou o país de 1946-1951 após a deposição do presidente Getúlio Vargas por um golpe militar. Um governo que teve aproximação com os Estados Unidos.

⁷ Fávero e Freitas (2013, p. 369), compreendem como institucionalização da EDA/EJA as ações que envolvem da alfabetização ao ensino médio “[...] realizadas historicamente tendo por base o aparato das leis/normas/resoluções advindas das esferas nacional, estadual e municipal [...]”.

⁸ Utilizamos o termo Ditadura civil-militar, entendendo que o golpe de 1964 foi fruto de uma coalizão civil e militar. Confirmou-se com a ascensão de um novo bloco no poder que envolvia a articulação entre o conjunto das classes dominantes, a exemplo a burguesia industrial e financeira nacional e internacional, “[...] bem como uma camada (de caráter civil) de intelectuais e tecnocratas”. (GERMANO, 2011, p. 17).

⁹ Em 1985, quando da transição democrática iniciava-se, o retorno à democracia, ainda, em contexto de eleição indireta para presidente da república e nesse mesmo ano a instituição Mobral foi extinta, dando origem à Fundação Educar.

¹⁰ A concepção de funcionalidade, creditada à alfabetização, vinha de formulações e acordos internacionais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) com os países, em estratégia política de reverter o quadro alarmante de analfabetismo no mundo, pela lógica do capital, demonstrando a ambiguidade da atuação do organismo.

¹¹ O tipo de entrevista com que operamos neste estudo é denominada de *entrevista temática*. Esse tipo de entrevista dedica-se “[...] prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido” (ALBERTI, 2008, p. 175).

¹² Optamos por apresentar apenas as vozes de dois ex-alfabetizandos, considerando as dimensões reduzidas de um artigo.

¹³ Para se compreender a abrangência da proposta do Mobral fez-se necessário mencionar os diversos programas implementados durante sua vigência. A saber: Programa de Alfabetização Funcional, Programa de Educação Integrada, Programa Mobral Cultural, Programa de Profissionalização, Programa de Educação Comunitária para a Saúde, Programa Diversificado de Ação Comunitária, Programa de Autodidatismo, **Programa Infante-Juvenil**, Programa Pré-escolar, Programa Tecnologia da Escassez.

¹⁴ Essas diretrizes também buscavam justificativa para a existência do Programa nos dados do IBGE, apontados pelos Censos de 1970 e 1980, que estimavam que em 1985 “[...] 30% da população brasileira nessa idade, ou seja, aproximadamente 5,6 milhões de crianças e adolescentes deverão estar fora da escola” (BRASIL, 1984, p. 5).

¹⁵ Paiva (2003), ao fazer crítica à existência dos programas que apresentamos acima, destaca que funcionaram como estratégias de sobrevivência do próprio Mobral. Coincidentemente, para a pesquisadora, a metodologia de *ação comunitária* foi implantada exatamente no mesmo período em que cresceram no Movimento as dificuldades de recrutamento de adultos e se multiplicaram os alunos menores de 15 anos nas salas de aula.